

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

SUSTENTABILIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Claudia Mayumi Uekubo¹

Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos, Universidade do Contestado, Curitibanos, Santa Catarina, Brasil
mayumi.uekubo@gmail.com

Jacir Favretto²

Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos, Universidade do Contestado, Concórdia, Santa Catarina, Brasil
jfavretto@unc.br

Rogério Antônio Casagrande³

Programa de Pós-Graduação em Sistemas Produtivos, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, Santa Catarina, Brasil
roc@unesc.net

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre UNIPLAC, UNC, UNESC e UNIVILLE. E-mail: mayumi.uekubo@gmail.com.br

² Doutor em Engenharia de Produção. Docente do Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre UNIPLAC, UNC, UNESC e UNIVILLE. E-mail: jfavretto@unc.br

³ Doutor em Engenharia de Automação e Sistemas. Docente do Programa de Pós-graduação em Sistemas Produtivos – PPGSP em forma associativa entre UNIPLAC, UNC, UNESC e UNIVILLE. E-mail: jfavretto@unc.br

PUC-Campinas

EESC USP

Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO
DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11

23/11

24/11

evento

100% online

e gratuito

Resumo: A agricultura familiar, para além de sua importância fundamental na produção de alimentos, desempenha um papel crucial na preservação dos recursos naturais, contribuindo significativamente para o desenvolvimento rural sustentável no Brasil. Este reconhecimento encontra-se expresso na Constituição do país, que ressalta a sua função social na salvaguarda ambiental. O estímulo à sustentabilidade na agricultura familiar demanda a colaboração de diversos atores, incluindo a sociedade civil e o Estado, muitas vezes através de incentivos financeiros, particularmente em áreas rurais. Embora o governo brasileiro venha implementando políticas públicas para apoiar a agricultura familiar e fomentar práticas mais sustentáveis, a avaliação da eficácia dessas políticas e a compreensão dos desafios ainda são tópicos em constante desenvolvimento na pesquisa. A participação ativa e coordenada entre o Estado e os agentes sociais, como agricultores e associações, desempenha um papel vital na formulação e execução dessas políticas. O cerne desta pesquisa gira em torno da efetividade das políticas públicas no fomento ao desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. Isso implica uma análise minuciosa das políticas vigentes, sua capacidade de promover práticas agrícolas sustentáveis e seu impacto na preservação dos recursos naturais, bem como na melhoria das condições de vida das famílias que atuam na agricultura familiar. O estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, apoiada na revisão bibliográfica e na análise de dados secundários. Fontes de informação incluem os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, assim como portais governamentais relacionados à legislação pertinente. Apesar dos avanços alcançados pelas políticas públicas, desafios significativos persistem na promoção da sustentabilidade na agricultura familiar no Brasil. Torna-se imprescindível intensificar a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, bem como melhorar o acesso a crédito e assistência técnica, ao mesmo tempo em que se fortalecem políticas descentralizadas, de cunho regional, para assegurar a contínua sustentabilidade deste setor crucial, vital tanto para a economia quanto para a segurança alimentar do país.

Palavras-chave: Agricultura familiar, desenvolvimento sustentável, políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, segundo a definição de Pinto & Freitas (2021), é um sistema de produção e distribuição com proprietários controlando recursos e produtos, desempenhando um papel importante na produção de alimentos e na preservação dos recursos naturais, respaldada pela Constituição no Brasil. A sustentabilidade é central na agenda global, com debates sobre suas dimensões (Godoi et al., 2016).

Apesar da avaliação da sustentabilidade incluir oito dimensões para Sachs (2002), a abordagem tridimensional: social, econômica e ambiental, ainda é robusta para avaliar a sustentabilidade em qualquer escala (Pereira, 2019). Ainda segundo o autor, a promoção da sustentabilidade envolve a participação ativa de diversos atores, incluindo sociedade civil e aparato estatal, com o uso comum de subsídios financeiros, frequentemente implementados por meio de crédito, com foco especial nas regiões rurais.

De acordo com Sousa (2016), as políticas públicas para a agricultura familiar visam abordar desafios nas áreas rurais, como pobreza e insegurança alimentar, com a colaboração ativa do Estado e dos atores sociais envolvidos. Nesse contexto, a questão central que norteia esta pesquisa é: as políticas públicas estão efetivamente promovendo o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar? Portanto, o objetivo do estudo é analisar as principais políticas públicas existentes e identificar áreas em

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

que essas políticas podem ser aprimoradas para promover ainda mais a sustentabilidade na agricultura familiar.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar ganhou reconhecimento nos anos 1990 como uma categoria social e produtiva relevante nas políticas públicas brasileiras devido às mudanças na relação entre Estado e sociedade durante a redemocratização. Isso levou ao surgimento das primeiras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (Rocha Santos et al., 2020). As políticas desempenharam um papel crucial no desenvolvimento rural, abrangendo preocupações ambientais, de sustentabilidade e sociais, promovendo a agricultura familiar e fortalecendo os setores agrícolas e agroindustriais (Sousa, 2016).

A despeito da sua relevância na sociedade brasileira, Przybyzeski (2020) explica que a agricultura familiar foi historicamente negligenciada em favor de grandes propriedades voltadas para exportação. De acordo com Sousa (2016), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), introduzido em 1996, marcou um avanço ao fornecer recursos financeiros para seu desenvolvimento. Recentemente, políticas públicas no Brasil têm priorizado o desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar. A Figura 01 apresenta os principais atores envolvidos na formulação das políticas para a agricultura familiar ao longo dos anos.

Grisa & Schneider (2014) relatam que no final da década de 1990 e início dos anos 2000, o Brasil começou a implementar políticas públicas para apoiar a agricultura familiar, incluindo programas de transferência de renda como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás para mitigar a pobreza nas áreas rurais e urbanas. Em 2003, esses programas foram consolidados no Programa Bolsa Família, enquanto o Programa Fome Zero foi criado para fortalecer essas iniciativas. Paralelamente, surgiram programas específicos para a agricultura familiar, como o Programa Garantia Safra para agricultores afetados por eventos climáticos adversos e o Programa de Habitação Rural (PRONAT) para subsidiar habitações rurais (Grisa & Schneider, 2014).

Em 2006, a Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326) foi estabelecida, fornecendo respaldo jurídico ao PRONAF e definindo legalmente o agricultor familiar. Desde então, várias políticas públicas foram desenvolvidas, como crédito rural, Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Animal (SUASA) e Seguro-Safra, todas com o objetivo de apoiar a agricultura familiar e promover o desenvolvimento rural (Grisa & Schneider, 2014).

Além disso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) têm desempenhado um papel fundamental ao fortalecer a agricultura familiar, proporcionando oportunidades de mercado e apoio financeiro aos agricultores familiares. Essas políticas marcaram um avanço significativo na trajetória da agricultura familiar no Brasil, reconhecendo sua importância na sociedade e na produção agrícola do país.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

3. MÉTODO

A metodologia adotada é caracterizada por uma abordagem qualitativa e descritiva, com base na revisão bibliográfica, coleta de dados secundários, análise crítica de dados, avaliação de políticas públicas e formulação de conclusões e recomendações. As fontes de dados utilizadas para a coleta de dados: (a) Censo Agropecuário 2017, (b) Censo Agropecuário 2006, (c) sites oficiais do governo relacionados à legislação sobre o tema.

Busca-se com essa metodologia abordar as questões de pesquisa e contribuir para a compreensão da relação entre políticas públicas e sustentabilidade na agricultura familiar no contexto brasileiro. A coleta de dados secundários de fontes confiáveis, como os Censos Agropecuários e sites governamentais, fortalece a validade e a confiabilidade da pesquisa. A abordagem qualitativa e descritiva permite uma análise aprofundada dos dados e a formulação de conclusões sólidas.

4. RESULTADOS

O IBGE (2020) O IBGE incluiu a agricultura familiar no Censo Agropecuário a partir de 2006, mas mudanças na legislação e metodologia causaram diferenças nos levantamentos antes e depois desse ano. O Censo de 2017 trouxe modificações metodológicas que afetaram várias variáveis, tornando necessária uma recalibração para comparar diretamente os dados de 2006 e 2017.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários nos Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Número e estabelecimentos agropecuários						
Brasil			Santa Catarina			
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
2017	5.073.324	1.175.916	3.897.408	183.066	40.079	142.987
2006	5.175.636	809.369	4.366.267	193.668	25.156	168.512

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017.

Na Tabela 1 verifica-se que ocorreu uma redução no total de estabelecimentos no Brasil e em Santa Catarina no ano de 2017 em comparação com o ano de 2006. O número de estabelecimentos agropecuários que se enquadram como agricultura familiar também diminuíram.

Tabela 2. Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento no Censo Agropecuário de 2006

Censo Agropecuário 2006 - Brasil			
Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento			
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar
Total de estabelecimentos	919.116	138.772	780.344
Não são provenientes de programas de crédito	140.013	35.991	104.022
São provenientes de programas de crédito	779.103	102.781	676.322
São provenientes de programas de crédito - PRONAF	615.592	58.122	57.470
São provenientes de programas de crédito (federal, estadual ou municipal)	153.732	42.959	110.773

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo Agropecuário de 2006.

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023

WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

A Tabela 2 indica que 84,77% dos estabelecimentos agropecuários obtiveram financiamento no levantamento realizado pelo Censo Agropecuário em 2006, sendo 86,81% estabelecimentos de agricultura familiar. O Censo ainda demonstrou que apenas 49,72% que obtiveram financiamento de programas de crédito do PRONAF eram de agricultura familiar. A grande maioria dos estabelecimentos de agricultura familiar, ou seja, 72,06% foram os beneficiados com financiamentos provenientes de programas de crédito (federal, estadual ou municipal).

Tabela 3. Número de estabelecimentos que obtiveram financiamento no Censo Agropecuário de 2017

Censo Agropecuário 2017 - Brasil						
Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamento						
	Total	Agricultura não familiar	Agricultura familiar	Agricultura familiar Pronaf B	Agricultura familiar Pronaf V	Agricultura familiar não pronafiano
Total de estabelecimentos	784.538	183.347	601.191	289.418	298.945	12.828
Não são provenientes de programas de crédito	376.406	97249	279.157	164.761	110.067	4.329
São provenientes de programas de crédito	408.132	86098	322.034	124.657	188.878	8.499
São provenientes de programas de crédito - PRONAF	320.922	50735	270.187	94.742	168.558	68.987
São provenientes de programas de crédito - INCRA	1.542	261	1.281	857	417	7
São provenientes de programas de crédito - Programa Terra Forte e Terra Sol	308	74	234	85	146	3
São provenientes de programas de crédito - PROINF	1.491	520	971	433	504	34
São provenientes de programas de crédito - Programa Fomento	3.444	1137	2.307	1.212	1.031	64
São provenientes de programas de crédito (federal, estadual ou municipal)	71.319	23749	47.570	27.906	18.583	1.081

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017.

Na Tabela 3 verifica-se que 52,02% dos estabelecimentos agropecuários obtiveram financiamento no levantamento realizado pelo Censo Agropecuário em 2017, sendo 78,90% estabelecimentos de agricultura familiar. O Censo ainda demonstrou que 84,19% que obtiveram financiamento de programas de crédito do PRONAF eram de agricultura familiar, seguido de 83,07% de programas de crédito do INCRA. O Censo Agropecuário de 2017 revela que cerca de 33% dos estabelecimentos de agricultura familiar utilizam agrotóxicos, um número que sobe para mais de 75% quando se trata de agricultores familiares que não recebem apoio do PRONAF. Segundo Rocha Santos et al. (2020), essa mudança na utilização de agrotóxicos parece estar relacionada a pressões dos movimentos sociais e organizações de agricultores familiares, bem como a alterações nas políticas de crédito agrícola e itens financiados. A política de assistência técnica e extensão rural, após 2004, estimula o desenvolvimento rural sustentável e um paradigma agroecológico. Mesmo assim, o Censo de 2017 mostra que menos de 8% dos estabelecimentos de agricultura familiar recebem assistência técnica pública, enquanto mais de 81% não têm acesso a nenhum tipo de assistência técnica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONAF representou um marco inicial nas políticas para a agricultura familiar, consolidando sua importância no desenvolvimento nacional. No entanto, as políticas enfrentam desafios em relação à sustentabilidade social, ecológica e econômica da agricultura familiar, como evidenciado pelos resultados dos Censos Agropecuários. Preocupações incluem a diminuição no número de estabelecimentos agrícolas e o aumento do uso de agrotóxicos no setor.

Para garantir a sustentabilidade contínua da agricultura familiar, é crucial promover práticas agrícolas sustentáveis, melhorar o acesso ao crédito e assistência técnica e fortalecer políticas regionais descentralizadas. Além disso, enfrentam desafios em áreas como práticas agrícolas, assistência técnica e

PUC-Campinas EESC USP Comitês PCJ

APRESENTAM:

SUSTENTARE & WIPIS2023
WORKSHOP INTERNACIONAL

SUSTENTABILIDADE, INDICADORES E GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS



22/11 | evento
23/11 | 100% online
24/11 | e gratuito

participação social. O PRONAF, abrangendo uma ampla diversidade de agricultores familiares, oferece oportunidades para pesquisa interdisciplinar e aprimoramento de políticas públicas que se adaptem às diferentes realidades territoriais do Brasil, estimulando o debate para políticas públicas mais adequadas.

REFERÊNCIAS

- Godoi, T. G., Búrigo, F. L., & Cazella, A. A. (2016). A sustentabilidade dos financiamentos do PRONAF para a agricultura familiar. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, 38. <https://doi.org/10.5380/dma.v38i0.42657>
- Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(suppl 1), 125–146. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>
- IBGE, C. de G. (2020). *Atlas do espaço rural brasileiro* (2 ed.). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101773>
- Lei n 11.326, de 24 de julho de 2006, 11326 (2006). http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.326-2006?OpenDocument
- Pereira, H. dos S. (2019). Agricultura Familiar: Desafios para a Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental. Em *Pesquisa e agricultura familiar: Intercâmbio de ações e conhecimentos para transferência tecnológica na Amazônia* (p. 67–77). Embrapa.
- Pinto, N. D. F., & Freitas, V. P. D. (2021). Histórico e importância da agricultura familiar no Brasil: contexto legal e a aplicabilidade da internet das coisas. *Revista Jurídica Cesumar - Mestrado*, 21(3), 687–703. <https://doi.org/10.17765/2176-9184.2021v21n3p687-703>
- Przybyzeski, S. (2020). Aquisição institucional de produtos da agricultura familiar: Apontamentos sobre aspectos operacionais da política pública. *Revista Grifos*, 29(49), 49. <https://doi.org/10.22295/grifos.v29i49.4983>
- Rocha Santos, T., Augusto, H. D. A., Santos, L. R., & Paula, A. M. N. R. D. (2020). As políticas públicas e a sustentabilidade da agricultura brasileira. *Revista Campo-Território*, 15(38 Dez.), 31–51. <https://doi.org/10.14393/RCT153802>
- Sachs, I. (2002). *Caminhos para desenvolvimento sustentável* (4ª). Garamond. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5825347/mod_resource/content/1/Caminhos%20para%20desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel.%20Sachs%2C%20Ignacy%20%282002%29.pdf
- Sousa, M. S. de. (2016). O Desenvolvimento de Políticas Públicas para o Setor Rural a Partir da Relação Agricultura Familiar, Estado e Democracia. *Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, 1(2), 117. <https://doi.org/10.21902/2526-0081/2015.v1i2.321>